

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	7
DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	8
Demonstração de Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	13

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	39
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	40
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	41

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	4.115
Preferenciais	710
Total	4.825
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	633.493	626.680
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.058	9.826
1.01.01	Caixa	1.058	1.259
1.01.02	Aplicações de Liquidez	0	8.567
1.02	Ativos Financeiros	581.482	589.185
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	78.371	79.483
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	78.371	79.483
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	67.988	78.674
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	67.988	78.674
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	435.123	431.028
1.02.04.04	Operações de Crédito	196.858	226.751
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-4.648	-4.925
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	242.913	209.202
1.03	Tributos	15.257	15.230
1.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	7.190	5.209
1.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	7.806	10.010
1.03.03	Outros	261	11
1.04	Outros Ativos	30.659	7.423
1.04.03	Outros	30.659	7.423
1.04.03.02	Outros Ativos	30.659	7.423
1.05	Investimentos	5.037	5.016
1.05.01	Participações em Coligadas	537	516
1.05.05	Outros Investimentos	4.500	4.500

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	633.493	626.680
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	460.526	462.589
2.02.01	Depósitos	443.188	436.744
2.02.04	Outras Captações	17.338	25.845
2.02.04.01	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	17.252	25.762
2.02.04.02	Outros Passivos Financeiros	86	83
2.03	Provisões	6.420	6.310
2.04	Passivos Fiscais	15.151	7.347
2.04.01	Correntes	9.210	1.406
2.04.02	Diferidos	5.941	5.941
2.05	Outros Passivos	6.329	8.224
2.07	Patrimônio Líquido	145.067	142.210
2.07.01	Capital Social Realizado	82.028	82.028
2.07.02	Reservas de Capital	9.000	9.000
2.07.04	Reservas de Lucros	52.986	52.986
2.07.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	3.703	0
2.07.08	Outros Resultados Abrangentes	-2.650	-1.804

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	14.271	14.739
3.01.01	Operações de Crédito	9.327	9.499
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	4.944	5.240
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-16.220	-11.844
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-16.497	-11.524
3.02.02	(Provisão) / Reversão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	277	-320
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	-1.949	2.895
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	8.922	2.346
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	1.127	488
3.04.03	Despesas com Pessoal	-2.378	-2.548
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-483	-368
3.04.05	Despesas Tributárias	-41	-192
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	10.785	5.022
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-109	-71
3.04.07.01	Outras Despesas Operacionais	-109	-73
3.04.07.02	Reversões / (Despesas) de Provisões	0	2
3.04.08	Resultado da Equivalência Patrimonial	21	15
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	6.973	5.241
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.270	-2.489
3.06.01	Corrente	1.817	-2.483
3.06.02	Diferido	-5.087	-6
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	3.703	2.752
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	3.703	2.752
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	3.703	2.752
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,7674	0,5703
3.99.01.02	PN	0,7674	0,5703
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,7674	0,5703
3.99.02.02	PN	0,7674	0,5703

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	3.703	2.752
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	-846	-7.034
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	-846	-7.034
4.02.01.01	Títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Próprios	-1.538	-12.788
4.02.01.02	Efeito Fiscal	692	5.754
4.04	Resultado Abrangente do Período	2.857	-4.282

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	-24.012	-19.855
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	-3.997	734
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	6.973	5.241
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	-10.970	-4.507
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-20.015	-20.589
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários	-7.201	508
6.01.02.02	Redução (Aumento) em Operações de Crédito e Outros Créditos	29.893	-46.906
6.01.02.03	(Aumento) em Outros Ativos Financeiros	-33.711	-24.274
6.01.02.04	(Aumento) Redução em Ativos Fiscais	-5.114	1.459
6.01.02.05	(Aumento) Redução em Outros Ativos	-12.455	4.446
6.01.02.06	(Redução) Aumento em Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	-2.063	55.330
6.01.02.07	Aumento em Provisões	1	116
6.01.02.08	Aumento (Redução) em Passivos Fiscais	12.198	-9.197
6.01.02.09	Aumento em Outros Passivos	1.014	2.510
6.01.02.10	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-2.577	-4.581
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	18.153	12.730
6.02.01	Aquisição de Títulos e Valores Mobiliários	0	-1.000
6.02.02	Alienação de Títulos e Valores Mobiliários	18.153	13.730
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.909	-2.263
6.03.01	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-2.909	-2.263
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-8.768	-9.388
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	9.826	9.628
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.058	240

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	82.028	9.000	52.986	0	0	-1.804	142.210
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	82.028	9.000	52.986	0	0	-1.804	142.210
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	3.703	-846	2.857
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	3.703	0	3.703
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	-846	-846
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	-1.538	-1.538
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	692	692
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	82.028	9.000	52.986	0	3.703	-2.650	145.067

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	82.028	9.000	41.724	0	0	7.318	140.070
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	3.966	0	0	0	3.966
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	82.028	9.000	45.690	0	0	7.318	144.036
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	2.752	-7.034	-4.282
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	2.752	0	2.752
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	-7.034	-7.034
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	-12.788	-12.788
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	5.754	5.754
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	82.028	9.000	45.690	0	2.752	284	139.754

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	26.351	19.702
7.01.01	Intermediação Financeira	14.271	14.739
7.01.02	Prestação de Serviços	1.127	488
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	277	-320
7.01.04	Outras	10.676	4.795
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-16.497	-11.524
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-483	-368
7.03.02	Serviços de Terceiros	-317	-177
7.03.04	Outros	-166	-191
7.03.04.01	Processamento de Dados	-48	-74
7.03.04.02	Serviços do Sistema Financeiro	-37	-22
7.03.04.03	Seguros	-47	-35
7.03.04.04	Outros	-34	-60
7.04	Valor Adicionado Bruto	9.371	7.810
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	9.371	7.810
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	21	15
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	21	15
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	9.392	7.825
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	9.392	7.825
7.09.01	Pessoal	1.971	2.177
7.09.01.01	Remuneração Direta	1.877	2.052
7.09.01.02	Benefícios	73	101
7.09.01.03	F.G.T.S.	21	24
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.718	2.896
7.09.02.01	Federais	3.678	2.887
7.09.02.03	Municipais	40	9
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	3.703	2.752
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.703	2.752

Comentário do Desempenho

Senhoras e Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras do Banco Mercantil de Investimentos S.A.

CONJUNTURA ECONÔMICA

Na conjuntura global, barreiras tarifárias e o acirramento de conflitos geopolíticos continuaram a impor desafios ao comércio internacional no primeiro trimestre. Contudo, estimativas preliminares apontam para expansão anual do PIB mundial da ordem de 3,0%, ante 3,2% em 2025. Neste contexto, permanecem em evidência os riscos decorrentes das tensões comerciais e da volatilidade nos preços de insumos energéticos.

Internamente, o cenário foi caracterizado pela continuidade da desaceleração da atividade econômica iniciada no ano anterior. Estimativas iniciais indicam crescimento do PIB da ordem de 1,8%, abaixo dos 2,3% registrados em 2025 e distante dos 3,4% alcançados em 2024.

Esta expansão moderada decorre do arrefecimento da atividade nos principais setores produtivos. Na produção industrial, o acumulado até fevereiro (últimos dados de mercado) apresentou queda de 0,2%, evidenciando forte perda de dinamismo na comparação com o crescimento bem mais favorável registrado em igual período de 2025. O comércio varejista ampliado, por sua vez, registrou queda de 0,5% no acumulado dos dois primeiros meses do ano, ante crescimento de 2,3% em igual período de 2025. O setor de serviços, que representa aproximadamente 2/3 do PIB, também demonstrou sinais de desaceleração.

Quanto ao comércio exterior, o primeiro trimestre apresentou desempenho robusto apesar do quadro externo desfavorável. No trimestre, as exportações totalizaram US\$ 82,3 bilhões, crescimento de 7,1%. A corrente de comércio alcançou a marca de US\$ 150,5 bilhões, crescimento de 4,4%, impulsionada pela maior eficiência nos embarques de commodities e pela seletividade nas importações de bens de capital.

No que tange à inflação, o IPCA acumulou 1,92% no trimestre e variação de 4,14% nos últimos 12 meses encerrados em março de 2026, situando-se abaixo do teto da meta governamental de 4,5%. Neste contexto, a taxa de juros Selic acompanhou a tendência de desaceleração na inflação no trimestre e foi reduzida de 15,0% a.a. para 14,75% a.a. em março de 2026.

O saldo das operações de crédito no Sistema Financeiro Nacional (SFN) totalizou R\$ 7.215,2 bilhões, crescimento de 1,2% no trimestre, ante 1,8% em igual trimestre de 2025. As provisões para risco de crédito encerraram o trimestre em 7,8%, ante 7,4% em dezembro de 2025.

Gerenciamento da Estrutura de Capitais e Gestão de Riscos

A gestão da estrutura de capital do BMI e a definição de seus limites operacionais são conduzidas de forma integrada com o controlador, Banco Mercantil do Brasil S.A., em conformidade com as normas de regência. O cálculo dos limites é realizado de forma consolidada com o controlador.

O índice de adequação do capital (Basileia III) alcançou 16,0%, bem acima do mínimo regulatório exigido de 10,5%, já considerando o adicional de capital principal.

A gestão dos riscos, incluindo riscos de crédito, liquidez, mercado, operacional e socioambiental, também é centralizada no controlador, que dispõe de estruturas especializadas e alinhadas às exigências regulatórias vigentes. Informações adicionais estão detalhadas na Nota Explicativa nº 17 das demonstrações financeiras.

Comentário do Desempenho

- **Ativos e Passivos**

O Ativo total posicionou-se em R\$ 633,5 milhões. As disponibilidades e demais ativos financeiros alcançaram R\$ 582,5 milhões, 92,0% do ativo total.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes somam R\$ 68,0 milhões. São compostos por certificados de recebíveis do agronegócio (R\$ 36,7 milhões), certificados de recebíveis imobiliários (R\$ 17,1 milhões) e certificados de direitos creditórios do agronegócio (R\$ 7,7 milhões), dentre outros.

Os Títulos e Valores Mobiliários classificados ao valor justo por meio do resultado posicionaram-se em R\$ 78,4 milhões. São compostos por cotas de fundo imobiliário (R\$ 42,3 milhões), cotas de fundo de investimentos em direitos creditórios (R\$ 35,1 milhões) e Fiagro (R\$ 1,0 milhão).

As Operações de Crédito e Outros Créditos totalizam R\$ 196,8 milhões (31,1% do total do ativo) e estão classificadas ao custo amortizado, no 1º estágio. Outros Ativos Financeiros somam R\$ 242,9 milhões e estão classificados ao custo amortizado. Estão representados, basicamente, por direitos creditórios e precatórios a receber da União. Demais ativos, incluindo ativos fiscais, investimentos e outros ativos, somam R\$ 51,0 milhões. A provisão para perdas esperadas soma R\$ 4,6 milhões.

No Passivo, os depósitos interfinanceiros perfazem R\$ 387,9 milhões, os depósitos a prazo R\$ 55,3 milhões e os recursos de aceite e emissão de títulos R\$ 17,3 milhões. Os demais passivos estão representados, principalmente, por passivos fiscais correntes e diferidos de R\$ 15,2 milhões, provisões fiscais e cíveis de R\$ 6,4 milhões e outros passivos de R\$ 6,3 milhões.

- **Patrimônio Líquido e Resultado**

O Patrimônio Líquido posicionou-se em R\$ 145,1 milhões e o Lucro Líquido do período foi de R\$ 3,7 milhões, ante R\$ 2,7 milhões em igual trimestre de 2025.

As Receitas da Intermediação Financeira posicionaram-se em R\$ 14,3 milhões. Estão representadas, notadamente, por receitas com operações de crédito R\$ 9,3 milhões e resultado com operações com títulos e valores mobiliários R\$ 5,0 milhões.

As Despesas com Operações de Captação no Mercado somam R\$ 16,5 milhões. Referem-se, basicamente, às captações em depósitos a prazo e letras de crédito do agronegócio.

As Receitas de Prestação de Serviços alcançaram R\$ 1,1 milhão. Outras Receitas Operacionais totalizaram R\$ 10,8 milhões e referem-se, basicamente, às atualizações monetárias de direitos creditórios e de precatórios a receber da União.

As despesas de pessoal posicionaram-se em R\$ 2,4 milhões e as despesas administrativas perfazem R\$ 483,0 mil. Maiores detalhamentos estão disponíveis nas notas explicativas 15.2 e seguintes.

Comentário do Desempenho

Política de equidade

No que tange à equidade de que trata o §6º do artigo 133 da Lei 6.404/1976, introduzido pela Lei 15.177/25, o BMI reafirma seu compromisso de contratação de colaboradores considerando pessoas com características e perfis diferentes, visando a complementaridade de competências e a diversidade, como critérios de gênero, raça e idade, entre outros, além da equidade salarial. Quanto à divulgação de informações no presente relatório, o Banco observa o que dispõe a Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), tendo em vista o pequeno número de colaboradores e funções. O BMI divulga tais informações em conjunto com o Controlador nas Demonstrações Financeiras Consolidadas publicadas no site da Instituição, na área de Relações com Investidores (<https://ri.bancomercantil.com.br/>).

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao que dispõe a Resolução CVM nº 162/2022, o BMI vem informar que os auditores externos, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, realizaram no período exclusivamente serviços de auditoria externa.

Belo Horizonte, maio de 2026.

Administração

Notas Explicativas



**BANCO
MERCANTIL DE
INVESTIMENTOS**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

MARÇO DE 2026

Notas Explicativas

(Em milhares de reais)			
Ativo	Nota	31/03/2026	31/12/2025
Disponibilidades	3	1.058	1.259
Instrumentos Financeiros		581.482	597.752
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	4	67.988	78.674
Títulos e Valores Mobiliários	4.1	67.988	78.674
Ao valor justo por meio do resultado	5	78.371	79.483
Títulos e Valores Mobiliários	5.1	78.371	79.483
Ao custo amortizado	6	435.123	439.595
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.1	-	8.567
Operações de Crédito e Outros Créditos	6.2	196.858	226.751
(Provisão para Perdas Esperadas)	6.2.d)	(4.648)	(4.925)
Outros Ativos Financeiros	6.3	242.913	209.202
Ativos Fiscais	8	15.257	15.230
Correntes	8.1	7.451	5.220
Diferidos	8.2	7.806	10.010
Outros Ativos	9	30.659	7.423
Investimentos	10	5.037	5.016
Total do Ativo		633.493	626.680
Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/03/2026	31/12/2025
Depósitos e demais instrumentos financeiros		460.526	462.589
Passivos Financeiros ao custo amortizado	11	460.526	462.589
Depósitos	11.1	443.188	436.744
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	11.2	17.252	25.762
Outros Passivos Financeiros		86	83
Provisões	12	6.420	6.310
Passivos Fiscais		15.151	7.347
Correntes		9.210	1.406
Diferidos		5.941	5.941
Outros Passivos	13	6.329	8.224
Patrimônio Líquido	14	145.067	142.210
Capital Social	14.1	82.028	82.028
Reservas de Capital	14.2	9.000	9.000
Reservas de Lucros	14.2	52.986	52.986
Outros Resultados Abrangentes		(2.650)	(1.804)
Lucros Acumulados		3.703	-
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		633.493	626.680

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais)			
	Nota	31/03/2026	31/03/2025
Receita da Intermediação Financeira		14.271	14.739
Operações de Crédito	6.2.b)	9.327	9.499
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	7	4.944	5.240
Despesas da Intermediação Financeira	11.3	(16.497)	(11.524)
Resultado Líquido da Intermediação Financeira		(2.226)	3.215
Perdas esperadas de Ativos Financeiros	6.2.d)	277	(320)
Resultado Líquido da perda esperada de ativos financeiros		(1.949)	2.895
Outras receitas (despesas) operacionais	15	8.922	2.346
Receitas de Prestação de Serviços	15.1	1.127	488
Resultado de Equivalência Patrimonial	10	21	15
Despesas de Pessoal	15.2	(2.378)	(2.548)
Despesas Administrativas	15.3	(483)	(368)
Despesas Tributárias	15.4	(41)	(192)
Outras Receitas Operacionais	15.5	10.785	5.022
Outras Despesas Operacionais	15.6	(109)	(73)
Reversões / (Despesas) de Provisões	15.7	-	2
Resultado antes dos impostos		6.973	5.241
Imposto de Renda e Contribuição Social	8.3	(3.270)	(2.489)
Provisão para Imposto de Renda		972	(1.440)
Provisão para Contribuição Social		845	(1.043)
Ativo Fiscal Diferido		(5.087)	(6)
Lucro Líquido do período		3.703	2.752
Lucro Básico e Diluído por Ação (em reais)			
Ações ordinárias		0,7674	0,5703
Ações preferenciais		0,7674	0,5703
Lucro Líquido Atribuído (em reais - R\$ mil)			
Ações ordinárias		3.158	2.347
Ações preferenciais		545	405
Número de Ações em Circulação - básico e diluído			
Ações ordinárias		4.115.057	4.115.057
Ações preferenciais		710.143	710.143

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais)		
	31/03/2026	31/03/2025
Lucro líquido do período	3.703	2.752
Outros resultados abrangentes	(846)	(7.034)
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado	(846)	(7.034)
Títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Próprios	(1.538)	(12.788)
Efeito fiscal	692	5.754
Resultado abrangente total do período	2.857	(4.282)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

(Em milhares de reais)							
	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
			Legal	Estatutárias			
Saldos em 31/12/2025	82.028	9.000	6.748	46.238	(1.804)	-	142.210
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(846)	-	(846)
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	3.703	3.703
Saldos em 31/03/2026	82.028	9.000	6.748	46.238	(2.650)	3.703	145.067
Mutações do Período	-	-	-	-	(846)	3.703	2.857
Saldos em 31/12/2024	82.028	9.000	6.228	35.496	7.318	-	140.070
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	3.966	3.966
Reclassificação da adoção inicial da Res. CMN nº 4.966/21 ⁽¹⁾	-	-	-	3.966	-	(3.966)	-
Saldos em 01/01/2025	82.028	9.000	6.228	39.462	7.318	-	144.036
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(7.034)	-	(7.034)
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	2.752	2.752
Saldos em 31/03/2025	82.028	9.000	6.228	39.462	284	2.752	139.754
Mutações do Período	-	-	-	3.966	(7.034)	2.752	(316)

⁽¹⁾ Ajustes da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas

	(Em milhares de reais)	
	31/03/2026	31/03/2025
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	6.973	5.241
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(10.970)	(4.507)
Despesa / (Reversão) e Atualização Monetária com Provisões Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	109	45
Atualizações Monetárias Ativas	(10.781)	(4.857)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(277)	320
Resultado de Equivalência Patrimonial	(21)	(15)
Variações em Ativos e Passivos	(20.015)	(20.589)
(Aumento) / Redução em Ativos		
Títulos e Valores Mobiliários	(7.201)	508
Operações de Crédito e Outros Créditos	29.893	(46.906)
Outros Ativos Financeiros	(33.711)	(24.274)
Ativos Fiscais	(5.114)	1.459
Outros Ativos	(12.455)	4.446
(Redução) / Aumento em Passivos		
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	(2.063)	55.330
Provisões	1	116
Passivos Fiscais	12.198	(9.197)
Outros Passivos	1.014	2.510
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(2.577)	(4.581)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais	(24.012)	(19.855)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de Títulos e Valores Mobiliários	-	(1.000)
Alienação de Títulos e Valores Mobiliários	18.153	13.730
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento	18.153	12.730
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(2.909)	(2.263)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	(2.909)	(2.263)
Aumento / (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	(8.768)	(9.388)
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do período	9.826	9.628
Caixa e Equivalentes de Caixa no fim do período	1.058	240
Aumento / (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	(8.768)	(9.388)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas

	(Em milhares de reais)	
	31/03/2026	31/03/2025
1 - Receitas	26.351	19.702
Intermediação financeira	14.271	14.739
Prestação de serviços	1.127	488
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	277	(320)
Outras	10.676	4.795
2 - Despesas de Intermediação Financeira	(16.497)	(11.524)
3 - Insumos adquiridos de terceiros	(483)	(368)
Serviços de terceiros	(317)	(177)
Outros	(166)	(191)
Processamento de dados	(48)	(74)
Serviços do sistema financeiro	(37)	(22)
Seguros	(47)	(35)
Outros	(34)	(60)
4 - Valor adicionado bruto (1-2-3)	9.371	7.810
5 - Depreciação, amortização e exaustão	-	-
6 - Valor adicionado líquido produzido pela entidade (4-5)	9.371	7.810
7 - Valor adicionado recebido em transferência	21	15
Resultado de equivalência patrimonial	21	15
8 - Valor adicionado a distribuir (6+7)	9.392	7.825
9 - Distribuição do valor adicionado	9.392	7.825
Pessoal	1.971	2.177
Remuneração direta	1.877	2.052
Benefícios	73	101
FGTS	21	24
Impostos, taxas e contribuições	3.718	2.896
Federais	3.678	2.887
Municipais	40	9
Remuneração de capitais próprios	3.703	2.752
Lucros retidos do período	3.703	2.752

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional

O Banco Mercantil de Investimentos S.A. (Banco) é controlado pelo Banco Mercantil do Brasil S.A. (Controlador) e realiza suas atividades operacionais com foco no financiamento de capital às atividades produtivas a curto, médio e longo prazos. A sede do Banco e seu local principal de negócios estão localizados na Avenida do Contorno, 5800 – 14º andar, Savassi, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras do período findo em 31 de março de 2026 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 para contabilização das operações, associadas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando aplicáveis, do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil – BACEN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 02/20, as demonstrações financeiras incluem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado e a demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas explicativas. As normas preveem ainda que o Balanço Patrimonial passa a ser apresentado comparativamente à posição patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior. Para elaboração das informações contábeis em R\$ mil, de maneira geral, considera-se o arredondamento 1 para cima e 1 para baixo, seguindo as regras de arredondamento da ABNT.

Adicionalmente inclui-se a Demonstração do Valor Adicionado – DVA requerida pela legislação societária brasileira aplicável às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas estão relacionadas as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões trabalhistas, cíveis e tributárias, determinação de constituição de provisão para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As classificações e mensurações de Ativos e Passivos Financeiros estão aderentes ao Modelo de Negócios elaborado em conjunto com o Controlador conforme estabelece o art. 5º da Resolução nº 4.966/21.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Administração do Banco Mercantil de Investimentos S.A. em 05/05/2026.

2.2. Principais políticas contábeis e estimativas críticas

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Notas Explicativas

b) Instrumentos Financeiros

Os ativos financeiros podem estar classificados em três categorias: (i) ao custo amortizado, (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e (iii) ao valor justo por meio do resultado, com base no modelo de negócios e de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.966/21.

O modelo de negócio configura a maneira pela qual o Banco administra seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação.

Para ratificar a classificação com base no modelo de negócios, nas categorias que levam em consideração a intenção da administração em obter fluxos de caixa contratuais, é necessário a aplicação do teste SPPJ – Somente Pagamentos de Principal e Juros (*Solely Payments of Principal and Interest - SPPI Test*), cujo objetivo é verificar se as disposições contratuais dos ativos e passivos financeiros constituem apenas pagamento de principal e juros, ou seja devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e respectivo risco de crédito.

(i) Ativos financeiros ao custo amortizado

São ativos financeiros adquiridos ou originados com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais que se constituem, exclusivamente, pelo pagamento de principal e juros.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são reconhecidas no Resultado no Grupo "Receita da Intermediação Financeira" em suas respectivas rubricas.

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos adquiridos ou originados cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixas contratuais quanto pela sua venda.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado.

As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são reconhecidas no Resultado no Grupo "Receita da Intermediação Financeira" em suas respectivas rubricas.

(iii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São registradas as operações não classificadas como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou aqueles que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao valor justo por meio do resultado, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas no Resultado no Grupo "Receita da Intermediação Financeira" em suas respectivas rubricas.

Notas Explicativas

(iv) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto quando tivermos passivos financeiros designados como objeto de *hedge* (ou instrumentos de proteção), os quais são mensurados ao valor justo.

Os passivos financeiros ao valor justo são, inicialmente, mensurados pelo custo da transação e são, subsequentemente, ajustados pelo valor justo. São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos *pro rata die*.

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e demonstradas como redutoras no passivo correspondente.

(v) Determinação do valor justo

A determinação do valor justo da maioria dos ativos e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de distribuidoras para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação, as quais incluem uso de transações em mercado recente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado e modelos de avaliação.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.924/21, que aprova e torna obrigatório o pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, os ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo, após o reconhecimento inicial, são agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

- **Nível 1:** são obtidos por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- **Nível 2:** são obtidos por meio de informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- **Nível 3:** são obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

(vi) Provisão para perdas esperadas (*Impairment*)

• Ativos mensurados ao custo amortizado

O Banco avalia, em cada data do balanço, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está com perda do valor recuperável (*impairment*). Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros sofrerá *impairment* quando o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

No caso de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, o valor da provisão para perda apurada com base na avaliação do aumento no risco de crédito que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro é apresentado como uma redução do saldo do ativo.

O Banco possui políticas, métodos e procedimentos para cobrir seu risco de crédito decorrente de insolvência atribuível a contraparte.

Essas políticas, métodos e procedimentos são aplicados na concessão, no exame e na documentação de instrumentos de dívida e compromissos, na identificação de sua não recuperação e no cálculo dos valores necessários para cobrir o respectivo risco de crédito.

Notas Explicativas

O Banco mensura os ativos financeiros ao custo amortizado que atendam aos critérios de gestão do modelo de negócios e às características dos fluxos de caixa contratuais, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.966/21. Para esses ativos, são reconhecidas provisões para perdas esperadas, refletindo a evolução do risco de crédito ao longo do tempo.

A avaliação do risco de crédito é realizada mensalmente para determinar se houve um aumento significativo do risco desde o reconhecimento inicial do ativo. A metodologia de provisionamento segue a abordagem de estágios do Resolução CMN nº 4.966/21, que classifica os ativos financeiros em três categorias com base no risco de crédito:

- **Estágio 1 – Ativos Realizáveis:** Aplicação de provisão para perda com base na expectativa de perda de crédito para os próximos 12 meses, para ativos que não apresentem aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial.
- **Estágio 2 – Ativos de Realização Duvidosa:** Aplicação de provisão considerando a perda esperada ao longo da vida do ativo, para aqueles que tenham sofrido aumento significativo do risco de crédito.
- **Estágio 3 – Ativos Não Realizáveis:** É caracterizado pelo atraso superior a 90 dias e/ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Nesse estágio, é vedado o reconhecimento, no resultado do período, de receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa ao ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.

A reclassificação entre os estágios ocorre conforme a evolução do risco de crédito do ativo, salvo em casos de ativos financeiros adquiridos ou originados já com evidência de perda de crédito, os quais permanecem no Estágio 3 até sua liquidação ou baixa.

Metodologia de Provisionamento

O Banco adota políticas e procedimentos específicos para gerenciar e mitigar o risco de crédito associado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A estrutura de provisionamento é composta por dois grupos principais, com critérios distintos, de apuração da provisão:

- **Créditos avaliados individualmente:** Engloba operações em que a provisão é determinada com base em critérios específicos de cada produto e em gatilhos de *impairment* previamente definidos.
- **Créditos avaliados coletivamente:** Abrange operações sujeitas a modelagem estatística para estimativa da perda esperada, com base em padrões históricos de inadimplência. Para esses créditos, são aplicados percentuais de perda conforme a segmentação da carteira e os diferentes Estágios de risco de crédito.

Os parâmetros de perda são calculados utilizando séries históricas, resultando na definição de uma taxa mediana de perda esperada. Essa análise é revisada anualmente com base nas informações mais recentes disponíveis e embutindo visões prospectivas.

Adicionalmente em atendimento à Resolução BCB nº 352/23, o nível de provisão das operações de crédito deve corresponder ao valor resultante da aplicação dos percentuais definidos na tabela contemplada no Anexos I, observados os períodos de atraso e as carteiras definidas por esta Resolução, sobre o valor contábil bruto do ativo.

Crítérios de Classificação e Avaliação

A carteira de crédito do Banco é segmentada para permitir uma avaliação granular do risco e a adequada mensuração da provisão para perdas. Essa segmentação leva em consideração fatores como: Região geográfica; Tipo de produto; Prazo contratual remanescente; Perfil do cliente ou beneficiário; Idade; Gênero; etc.

Para aprimorar a precisão da provisão, são realizados estudos periódicos sobre recuperação de crédito, bem como estudos sobre a redução do risco de crédito com base na quantidade de parcelas pagas após a regularização da operação, processo conhecido como "Cura".

Notas Explicativas

Reconhecimento da Receita de Juros

A receita de juros sobre ativos classificados nos Estágios 1 e 2 é reconhecida proporcionalmente ao prazo decorrido, uma vez que ainda há expectativa de realização dos fluxos de caixa.

No Estágio 3, estão registradas as operações com perspectiva de problema de liquidez (Ativos Problemáticos); neste caso, o reconhecimento da receita de juros é interrompido. Nos casos em que a operação deixar de ser classificado como um ativo com problema de recuperação de crédito, levando em conta os critérios de Cura, o reconhecimento poderá ser retomado, de forma prospectiva, seguindo o método de juros efetivos.

Com base na análise da carteira de empréstimos e recebíveis, considera-se que operações com atraso inferior a 90 dias e sem outros sinais de deterioração do crédito permanecem classificadas como realizáveis.

Essa abordagem assegura que a provisão para perda seja adequada à realidade do risco da carteira e esteja em conformidade com os princípios contábeis e regulatórios aplicáveis.

- **Ativos classificados como Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes**

O Banco avalia no final de cada período se há aumento no risco de crédito de um ativo financeiro ou de um grupo de ativos financeiros.

Para ativos financeiros, a perda de crédito é o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que se espera receber.

A provisão para perdas de ativos financeiros que são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes será reconhecida no resultado, à rubrica Outras Despesas Operacionais.

c) Impostos e Contribuições

- **Contribuições sociais relativas ao PIS e a COFINS**

As contribuições sociais relativas ao PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são calculadas com base na Receita Bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, em conformidade com a Lei nº 12.973/14 e regulamentação complementar, e são recolhidas às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, pelo regime cumulativo.

A partir de 1º de janeiro de 2026, em conformidade com a Lei Complementar nº 214/2025, teve início o período de teste da Reforma Tributária com a incidência da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) à alíquota de 0,9% e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) à alíquota de 0,1%. Os valores recolhidos a título de CBS e IBS em 2026 são compensáveis com os montantes devidos de PIS e COFINS no mesmo período de apuração, mantendo a neutralidade da carga tributária neste exercício.

- **Impostos sobre renda corrente e diferido**

A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi constituída com base no lucro tributável à alíquota de 20% em conformidade com a Lei Complementar nº 224/2025.

Os impostos diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, são reconhecidos com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros, conforme a Resolução CMN nº 4.842/20 e a Resolução BCB nº 15/20. O reconhecimento e a mensuração desses ativos consideram os efeitos da Lei nº 14.467/22, alterada pela Lei nº 15.078/2024, que disciplina a dedutibilidade das perdas por redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros em 1/84 avos mensais para o estoque de perdas apurado na transição para a Resolução CMN nº 4.966. Os ativos fiscais diferidos são apresentados no ativo não circulante, seguindo as diretrizes da Resolução BCB nº 2/20.

Notas Explicativas

d) Investimentos

As participações em sociedades coligadas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

e) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Em conformidade com a Resolução CVM nº 90/22 e Resolução CMN nº 4.924/21, que aprovaram e tornaram obrigatório o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos ou conjunto de ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por desvalorização (*impairment*) no resultado.

f) Provisões, Ativos e Passivos contingentes

O controle das contingências ativas, passivas e provisões é efetuado de acordo com os critérios definidos na Resolução CVM nº 72/22, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09:

- **Ativos contingentes** – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é considerada praticamente certa, o que ocorre, usualmente, quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas (trânsito em julgado). Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- **Passivos contingentes** – são divulgados sempre que classificados como perdas possíveis, observando-se o parecer dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.
- **Provisões** – originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações fiscais, trabalhistas, cíveis entre outras, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Tais processos têm seus montantes reconhecidos como provisão quando existe um provável desembolso de recursos para liquidar a obrigação, desde que os valores envolvidos possam ser estimados com confiança.

g) Lucro por ação

O Lucro por ação básico é apresentado com base nas duas classes de ações, ordinárias e preferenciais, e é calculado pela divisão do lucro líquido pela média ponderada de ações de cada classe em circulação no exercício (vide nota nº 14.4.).

O Banco não possui instrumentos com potencial de diluição e, dessa forma, o lucro por ação diluído é igual ao básico.

h) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio deliberados, provisionados, pagos e a pagar aos acionistas são calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95, e apresentados nas demonstrações financeiras nos termos da Resolução CMN nº 4.872/20. Os juros sobre o capital próprio que configure obrigação presente na data do balancete são reconhecidos no passivo, em contrapartida à adequada conta de lucros acumulados.

i) Eventos não recorrentes

Os resultados não recorrentes são demonstrados em conformidade com o que trata a Resolução BCB nº 02/20 e referem-se aos eventos que não são relacionados ou são relacionados com as atividades típicas do Banco, mas não estão previstas a ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

j) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destas estimativas.

Notas Explicativas

As estimativas contábeis são revisadas periodicamente e têm seus montantes reconhecidos na data base da revisão, bem como nos períodos futuros afetados, tais como:

- **Provisão para perdas esperadas (Impairment):** o Banco avalia, em cada data do balanço, se houve um aumento no risco de crédito de ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e qual a perda esperada atribuída a estes ativos. Para determinar a mensuração da perda de crédito esperada, o Banco exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um aumento no risco de crédito.
- **Valor justo dos ativos e passivos financeiros:** a mensuração do valor se baseia em cotações no mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis. O valor justo de ativos e passivos financeiros que não são negociados em um mercado principal e que não possui informações disponíveis é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.
- **Ativos e Passivos Contingentes:** as contingências do Banco são registradas de acordo com estudos técnicos realizados por consultores jurídicos externos, que classificam as ações de acordo com a expectativa de êxito; e estudos internos cuja modelagem aplicada resulta numa melhor avaliação de contingências massificadas; e
- **Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:** os ativos fiscais diferidos são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que a instituição terá lucros tributários futuros suficientes para cobrir os ativos fiscais diferidos a serem utilizados e são avaliados com base no estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Disponibilidades	1.058	1.259
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	8.567
Total	1.058	9.826

4. Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

4.1. Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

a) Composição dos Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Composição	Custo atualizado	Marcação a mercado	Perda Esperada	31/03/2026	31/12/2025
				Valor justo/ Contábil	Valor justo/ Contábil
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	39.660	(27)	(2.968)	36.665	43.820
Certificado de Recebíveis Imobiliários	20.422	(3.262)	(29)	17.131	17.556
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	7.696	-	(12)	7.684	8.202
Nota Comercial	3.801	-	(12)	3.789	4.142
Debêntures	4.277	(1.529)	(29)	2.719	4.954
Total	75.856	(4.818)	(3.050)	67.988	78.674

Notas Explicativas

b) Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes por vencimento

Prazo	31/03/2026	31/12/2025
Até 1 ano	23.028	28.314
De 1 a 2 anos	3.823	126
De 2 a 3 anos	29.047	27.241
De 3 a 4 anos	1.695	12.191
De 4 a 5 anos	3.137	3.035
Acima de 5 anos	7.258	7.767
Total	67.988	78.674

Os Títulos e Valores Mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

A principal metodologia de valoração dos títulos utilizada é a multiplicação da quantidade de ativos em estoque pelos preços de mercado divulgados pelos sistemas de informação de mercado (ANBIMA, B3 ou demais *feeders*). Caso não seja possível capturar os preços de mercado, em decorrência de baixa liquidez dos ativos ou em função dos mesmos não possuírem registros de transações, serão estabelecidos preços teóricos através de metodologias reconhecidamente utilizadas no mercado financeiro nacional.

Adicionalmente, os títulos e valores mobiliários têm seu valor justo calculado utilizando metodologia específica de apuração da perda esperada, independente do processo de precificação à mercado, conforme definido na política de risco de crédito institucional.

c) Perda esperada

A perda esperada, referente aos Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, é como segue:

Descrição	31/12/2025	Ganhos/Perdas	Liquidações	Transferências	31/03/2026
Estágio1	(3.098)	(4)	175	2.734	(193)
Debêntures	(33)	(1)	5	-	(29)
Nota Comercial	(13)		1	-	(12)
CRA	(3.009)	(2)	166	2.734	(111)
CDCA	(13)		1	-	(12)
CRI	(30)	(1)	2	-	(29)
Estágio2	-	(123)	-	(2.734)	(2.857)
CRA	-	(123)	-	(2.734)	(2.857)
Estágio3	(5.624)	-	5.624	-	-
CRA	(5.624)	-	5.624	-	-
Total Geral	(8.722)	(127)	5.799	-	(3.050)

5. Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado

5.1. Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado

a) Composição dos Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado

Composição	31/03/2026		31/12/2025
	Custo atualizado	Valor justo/ Contábil	Valor justo/ Contábil
Cotas de Fundo Imobiliário	42.277	42.277	43.668
Fundo de investimentos em direitos creditórios	35.146	35.146	34.909
Fiagro	948	948	906
Total	78.371	78.371	79.483

Notas Explicativas

b) Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado por vencimento

Prazo	31/03/2026	31/12/2025
Indeterminado	43.225	44.574
Até 1 ano	18.294	17.861
De 2 a 3 anos	16.852	17.048
Total	78.371	79.483

Os Títulos e Valores Mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

As Cotas dos Fundos de Investimentos foram registradas de acordo com a cotação informada pelos administradores.

6. Instrumentos Financeiros ao custo amortizado

6.1. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	8.567
Total	-	8.567

6.2. Operações de Crédito e Outros Créditos

a) Composição das operações de crédito e outros créditos

Descrição	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Títulos e Créditos a Receber	137.859	58.999	196.858
Total em 31/03/2026	137.859	58.999	196.858
Total em 31/12/2025	158.789	67.962	226.751

b) Receitas de operações de crédito e outros créditos

Descrição	31/03/2026	31/03/2025
Rendas de empréstimos	-	1
Outros Créditos	9.327	9.498
Total	9.327	9.499

c) Movimentação da carteira por estágio

Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Total
Saldo em 31/12/2025	218.374	8.377	226.751
Constituição / (Reversão)	(21.524)	(8.369)	(29.893)
Saldo em 31/03/2026	196.850	8	196.858

Notas Explicativas

d) Movimentação das perdas esperadas por estágios

Descrição	31/12/2025	Ganhos/Perdas	Liquidações	31/03/2026
Estágio 1	(737)	(30)	288	(479)
CPR	(289)	(11)	240	(60)
Nota Comercial	(448)	(19)	48	(419)
Estágio 2	(4.188)	(171)	190	(4.169)
CPR	(4.188)	(171)	190	(4.169)
Saldo em 31/03/2026	(4.925)	(201)	478	(4.648)

6.3. Outros Ativos Financeiros

Refere-se, basicamente, a Direitos Creditórios e Precatórios a receber da União. Estão contabilizados pelo custo de aquisição e são atualizados mensalmente com base na variação dos índices SELIC e IPCA, conforme pactuado nos respectivos contratos (vide nota nº 15.5).

Em 31 de março de 2026 referidos títulos registraram provisão no montante de R\$ 1.306.

7. Resultado com Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários

Descrição	31/03/2026	31/03/2025
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	53	57
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	4.891	5.183
Ao custo amortizado	194	-
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	3.034	3.999
Ao valor justo por meio do Resultado	1.663	1.184
Total	4.944	5.240

8. Ativos Fiscais

8.1. Correntes - Impostos a compensar

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Antecipação IRPJ/CSLL	7.128	5.209
IRPJ/CSLL	62	-
Impostos e contribuições retidos na fonte	261	11
Total - Circulante	7.451	5.220

8.2. Diferidos – Créditos Tributários

a) Movimentação dos créditos tributários:

Descrição	31/12/2025	Constituição	Realização	31/03/2026
Diferenças temporárias	10.010	2.026	(4.230)	7.806
Provisão para perda esperada	605	1.334	-	1.939
Contingências	1.451	-	-	1.451
MTM	1.476	692	-	2.168
Outros	6.478	-	(4.230)	2.248
Total	10.010	2.026	(4.230)	7.806

Notas Explicativas

Em conformidade com o § 2º, inciso V do artigo 20 da Resolução BCB nº 02/2020, os ativos fiscais diferidos devem ser apresentados no ativo realizável a longo prazo.

b) Realização dos créditos tributários:

Diferenças Temporárias	31/03/2026	31/12/2025
2026	353	353
2027	3.503	1.476
2030	3.950	8.181
Total	7.806	10.010
Valor presente	5.125	5.489

8.3. Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	31/03/2026	31/03/2025
Resultado antes dos impostos	6.973	5.241
Imposto de Renda e Contribuição Social de acordo com alíquotas vigentes ⁽ⁱ⁾	(3.138)	(2.358)
Ajustes no cálculo dos tributos	(132)	(131)
Resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.270)	(2.489)

⁽ⁱ⁾ Alíquotas vigentes: (i) A Provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240; e (ii) a contribuição social é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 20%.

9. Outros Ativos

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Devedores por Depósitos em Garantia (nota nº 12.b)	6.598	6.486
Rendas a receber	768	703
Despesas Antecipadas ⁽ⁱ⁾	167	220
Outros	23.126	14
Total	30.659	7.423
Circulante	2.721	905
Não circulante	27.938	6.518

⁽ⁱ⁾ Referem-se, basicamente, e ao custo de seguro garantia – fianças em processos administrativos e judiciais cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com a vigência da apólice.

10. Investimentos

a) Participações em sociedades coligadas

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Capital social	11.500	11.500
Patrimônio líquido Ajustado ⁽ⁱ⁾	10.749	10.329
Total de ações - ON	575.000	575.000
Participação %	5%	5%
Lucro / (Prejuízo) societário do período	420	1.182
Resultado de participações societárias	21	59
Valor dos investimentos	537	516

⁽ⁱ⁾ Domo Digital Tecnologia S.A. – Empresa na qual o Banco Mercantil de Investimentos detém 5% do capital social sem controlá-la, que faz parte do mesmo grupo Mercantil, em conformidade com o artigo 248 da Lei 6.404/76.

Notas Explicativas

b) Outros investimentos

Participação de 10% no capital social da Precpago – Soluções em Créditos Judiciais Ltda, aprovada pelo Bacen em 25/06/2025 pelo montante de R\$ 4.500.

11. Depósitos e demais Instrumentos Financeiros – Ao Custo Amortizado

11.1. Depósitos

Vencimento	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	De 2 a 5 anos	31/03/2026	31/12/2025
A Prazo	-	-	55.327	55.327	78.615
Interfinanceiros	94.384	197.950	95.527	387.861	358.129
Total	94.384	197.950	150.854	443.188	436.744

11.2. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Vencimento	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	31/03/2026	31/12/2025
Letras de Crédito do Agronegócio	3.572	13.680	17.252	25.762
Total	3.572	13.680	17.252	25.762

11.3. Despesas com operações de captação no mercado

Descrição	31/03/2026	31/03/2025
Depósitos	15.500	11.469
Despesas de letras imobiliárias, do agronegócio e financeiras	968	22
Outras - Fundo garantidor de crédito	29	33
Total	16.497	11.524

12. Provisões e Passivos Contingentes

A Administração acompanha regularmente o andamento das Provisões, incluindo os classificados como de risco provável pelos consultores jurídicos externos, em conformidade com o CPC 25. O desfecho dessas ações judiciais poderá resultar em reversão das respectivas provisões para os processos em que o Banco venha obter favorável êxito judicial.

No reconhecimento das provisões são observados os seguintes critérios:

- **Trabalhistas:** são registradas de acordo com estudos técnicos realizados pelos consultores jurídicos externos. Nas ações trabalhistas com depósitos judiciais ou em fase de execução provisória, com relevância e com cálculos homologados, provisiona-se o montante integral dos respectivos depósitos e dos valores homologados. Cabe destacar que os processos trabalhistas movidos pelo Sindicato dos Bancários são analisados individualmente, não considerando, portanto, o percentual de perda histórica.
- **Cíveis:** são registradas com base em estudos internos cuja metodologia aplicada resulta numa melhor avaliação destas contingências.
- **Fiscais:** são registradas, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.

Adicionalmente, as provisões decorrentes de processos trabalhistas, cíveis e fiscais são consideradas suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis

a) Composição das Provisões

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Provisões para processos fiscais ⁽¹⁾	6.419	6.309
Provisões para processos cíveis	1	1
Total – Não circulante	6.420	6.310

Notas Explicativas

⁽¹⁾ Refere-se aos questionamentos judiciais decorrentes dos seguintes processos:

- COFINS: majoração da alíquota de 3% para 4% e da majoração da base de cálculo.
- CSLL: majoração da alíquota instituída pelas Leis nº 8.114/90, LC nº 70/91, Emendas Constitucionais nºs 01/94 e 10/96 e Lei nº 9.316/96. Os valores estão depositados judicialmente.

b) Movimentação das Provisões

Descrição	Riscos Fiscais	Trabalhistas	Total
Saldos em 31/12/2025	6.309	-	6.310
Atualização Monetária	109	-	109
Atualização de depósitos / Liquidações	1	-	1
Saldos em 31/03/2026	6.419	-	6.420
Depósitos judiciais (vide nota nº 9.)⁽¹⁾	6.417	181	6.598

⁽¹⁾ No caso de ações trabalhistas tratam-se de depósitos judiciais recursais.

c) Passivos contingentes

Em conformidade com a Resolução CVM nº 72/22 e Resolução CMN nº 3.823/09, as ações envolvendo riscos de perda classificados como possíveis não são reconhecidas contabilmente, mas são divulgadas em notas explicativas. As principais ações judiciais do Banco Mercantil de Investimentos S.A., classificadas pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, são de natureza tributária no montante de R\$ 2.506.

13. Outros Passivos

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Sociais e Estatutárias	1.767	6.693
Credores Diversos - no País	4.331	1.253
Provisão para Pagamentos a Efetuar	192	215
Outros	39	63
Total – Circulante	6.329	8.224

14. Patrimônio Líquido

14.1. Capital Social

O Capital Social – de domiciliados no país é dividido em ações nominativas escriturais, da seguinte forma:

Ações	31/03/2026		31/12/2025	
	Quantidade	R\$ mil	Quantidade	R\$ mil
Ordinárias	4.115.057	69.956	4.115.057	69.956
Preferenciais	710.143	12.072	710.143	12.072
Total do capital subscrito e integralizado	4.825.200	82.028	4.825.200	82.028

O Capital Social do Banco poderá ser aumentado em até o limite de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), independentemente de alteração do Estatuto Social, nos termos do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, mediante deliberação do Conselho de Administração.

14.2. Reservas de capital e de lucros

a) Reserva de capital: São representadas por reserva de ágio na subscrição de ações, na forma do artigo 13, §2º, da Lei nº 6.404/76.

b) Reserva legal: Constituídas à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social. Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e destina-se a compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Notas Explicativas

c) Reservas estatutárias: Constituídas com base no lucro líquido remanescente após todas as destinações estabelecidas pelo estatuto, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral, em conformidade com as normas em vigor e Estatuto Social da Instituição.

14.3. Juros sobre Capital Próprio / Dividendos

Conforme disposição estatutária, está assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo obrigatório, em percentual que poderá ser uniforme ou variável em cada semestre, mas que deverá perfazer, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Nos períodos não foram declarados juros sobre o capital próprio ou dividendos.

14.4. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível à Controladora pela média ponderada das ações em circulação durante o período, excluindo as ações adquiridas pelo Banco e mantidas em tesouraria.

Descrição	Ordinárias	Preferenciais	31/03/2026	31/03/2025
Número médio e final de ações	4.115.057	710.143	4.825.200	4.825.200
Número de ações, incluindo ações equivalentes de ação ordinária	4.115.057	710.143	4.825.200	4.825.200
Lucro básico atribuível (em R\$ mil)	3.158	545	3.703	2.752
Lucro básico por ação	0,7674	0,7674	0,7674	0,5703

No período, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico.

15. Outras Receitas / (Despesas) Operacionais

15.1. Receitas de prestação de serviços

Referem-se, basicamente, ao recebimento de comissões de estruturação e distribuição de operações no mercado de capitais.

15.2. Despesas de pessoal

Descrição	31/03/2026	31/03/2025
Remuneração dos administradores e conselho fiscal	1.460	1.008
Encargos sociais	428	395
Proventos	294	312
Participação nos lucros	123	732
Benefícios	73	101
Total	2.378	2.548

15.3. Despesas administrativas

Descrição	31/03/2026	31/03/2025
Serviços prestados – Ligadas ⁽¹⁾	125	121
Serviços de terceiros	192	56
Mensalidades e taxas de associações	-	15
Processamento de dados	48	74
Seguros	47	35
Serviços do sistema financeiro	37	22
Outras	34	45
Total	483	368

Notas Explicativas

⁽¹⁾ Refere-se ao reembolso de custos de gestão e administração pagos ao seu controlador Banco Mercantil por prestação de serviços relativos à gestão de tesouraria e captação de recursos, encaminhamento de negócios e outros (vide nota nº 16.1.).

15.4. Despesas tributárias

Descrição	31/03/2026	31/03/2025
COFINS	-	112
PIS	-	24
ISSQN	40	9
Outros tributos	1	47
Total	41	192

15.5. Outras receitas operacionais

Outras Receitas Operacionais	31/03/2026	31/03/2025
Variações monetárias ativas ⁽¹⁾	10.781	4.857
Recuperação de encargos e despesas	4	6
Outras receitas Operacionais	-	159
Total	10.785	5.022

⁽¹⁾ Refere-se basicamente às atualizações monetárias referente aos Direitos Creditórios e Precatórios a receber da União.

15.6. Outras despesas operacionais

Outras Despesas Operacionais	31/03/2026	31/03/2025
Variações Monetárias Passivas	109	47
Outras Despesas	-	26
Total	109	73

15.7. Reversões / (Despesas) de Provisões

Em 31 de março de 2026 não houveram reversões e despesas de provisões.

15.8. Resultados não recorrentes

Em 31 de março de 2026 e 2025 não houve resultados não recorrentes relevantes de que trata a Resolução BCB nº 2/20.

16. Transações com Partes Relacionadas

16.1. Transações entre partes relacionadas

São realizadas com os prazos, taxas e condições compatíveis às praticadas no mercado vigente, considerando ausência de risco, e são como segue:

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Ativos	1.058	9.826
Disponibilidades (Banco Mercantil)	1.058	1.259
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Banco Mercantil)	-	8.567
Passivos	(387.902)	(360.852)
Depósitos Interfinanceiros (Banco Mercantil)	(387.861)	(358.129)
Outras obrigações (Banco Mercantil)	(41)	(2.723)

Notas Explicativas

Receitas / (Despesas)	31/03/2026	31/03/2025
Receitas / (Despesas) da intermediação financeira (Banco Mercantil)	(12.807)	(7.810)
Outras receitas / (despesas) operacionais	375	(143)
Receitas de Prestação de Serviços	500	-
Outras despesas administrativas (Banco Mercantil) – vide nota nº 15.3.	(125)	(121)
Despesas de custódia de TVM (Mercantil do Brasil Corretora S.A.)	-	(22)

16.2. Remuneração dos Administradores e benefícios pós-emprego

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 5.177/24.

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria do Banco Mercantil de Investimentos S.A., conforme previsto no Estatuto Social. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

A remuneração dos administradores do Banco foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária datada de 23/04/2026, que estabeleceu o limite para o exercício social em R\$ 8.060.

A remuneração fixa dos administradores é composta, basicamente, de honorários do Conselho de Administração e da Diretoria (vide nota nº 15.2.).

Até 31 de março de 2026, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

- **Benefícios de curto e longo prazo a administradores e remuneração baseada em ações**

Até 31 de março de 2026, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações, nos termos da Resolução CMN nº 5.177/24, para os administradores.

- **Benefícios de rescisão do contrato de trabalho**

A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

16.3. Outras informações

Os empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, bem como a seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes até 2º grau e demais pessoas, se houver, serão realizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/18.

17. Gerenciamento dos Riscos e Gestão do Capital

No Banco Mercantil de Investimentos S.A., o gerenciamento dos riscos e gestão do capital e o cálculo dos limites operacionais são realizados em conjunto com o Controlador.

- Gerenciamento de Capital

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, a Instituição gerencia seus riscos de forma contínua, norteado pelas diretrizes do Conselho de Administração e do Corpo Diretivo expressas nas políticas e estratégias institucionais e contando com o apoio de diferentes níveis hierárquicos, dentre eles, o Comitê de Riscos.

São utilizados mecanismos e procedimentos que compõem a Política Institucional de Gerenciamento de Capital com o objetivo de manter o Capital compatível com os riscos incorridos pelas Instituições de forma integrada às estratégias e aos negócios de cada Instituição do Conglomerado Prudencial. Informações mais detalhadas

Notas Explicativas

sobre Política de Gerenciamento de Capital estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

- Limites Operacionais

Dentro das atividades de gerenciamento contínuo do capital o Controlador, na forma da regulamentação em vigor, apura o índice de risco consolidado, que abrange todas as instituições financeiras do conglomerado prudencial.

Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de março de 2026, o índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) era de 16,0%, perante um mínimo requerido de 8,0%, acrescido do adicional de capital principal de 2,5%. Estabeleceu-se, também, requerimentos mínimos de Capital Nível I de 6,0% e Capital Principal de 4,5%, nos termos da Resolução CMN nº 4.958/21.

- Razão de Alavancagem

No Banco, a Razão de Alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial é calculada de forma consolidada pelo Controlador. Trata-se da relação entre o Nível I de Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.955/21 e normas complementares, e a Exposição Total apurada na forma do artigo 2º da Circular Bacen nº 3.989/20. Essas informações, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

- Gestão dos Riscos de Crédito, de Liquidez, de Mercado, Operacional e Socioambiental

No Banco, a gestão dos Riscos de Crédito, de Liquidez, de Mercado, Operacional e Socioambiental é centralizada no Controlador, e é realizada de forma contínua e se apoia em políticas e estratégias adequadamente documentadas e em uma equipe técnica capacitada e em constante aperfeiçoamento e são utilizados modelos internos que aplicam técnicas de gestão atuais e de ferramentas tecnológicas de última geração.

Assim, em conformidade com as normas que regulamentam a matéria, o Banco Mercantil de Investimentos S.A. dispõe de Políticas aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

Informações mais detalhadas sobre Gestão de Riscos, Patrimônio de Referência Exigido e Patrimônio de Referência, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, e demais informações sobre o Conglomerado Financeiro estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

- Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo estimado dos ativos e passivos financeiros:

Ativos Financeiros	Valor contábil	Valor justo			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	67.988	67.988	-	-	67.988
Títulos e Valores mobiliários	67.988	67.988	-	-	67.988
Ao valor justo por meio do resultado	78.371	-	-	78.371	78.371
Títulos e Valores mobiliários	78.371	-	-	78.371	78.371
Ao custo amortizado	435.121	-	435.121	-	435.121
Operações de Crédito	192.208	-	192.208	-	192.208
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-	-	-	-
Outros Ativos Financeiros	242.913	-	242.913	-	242.913
Total em 31/03/2026	581.480	67.988	435.121	78.371	581.480
Total em 31/12/2025	597.752	78.674	439.595	79.483	597.752

Notas Explicativas

Passivos Financeiros	Valor contábil	Valor justo		
		Nível 2	Nível 3	Total
Ao custo amortizado	460.526	387.861	72.665	460.526
Depósitos	443.188	387.861	55.327	443.188
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	17.252	-	17.252	17.252
Outros Passivos Financeiros	86	-	86	86
Total em 31/03/2026	460.526	387.861	72.665	460.526
Total em 31/12/2025	462.589	358.129	104.460	462.589

18. Outras Informações

A Resolução CMN nº 4.818/20 estabelece que as instituições financeiras registradas como companhia aberta ou que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), conforme regulamentação específica, devem elaborar demonstrações financeiras anuais consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS Foundation). De acordo com a norma, todas as instituições estão obrigadas a adotar o IFRS na elaboração de todas as suas demonstrações financeiras consolidadas, inclusive aquelas impostas por disposição legal ou regulamentar, independentemente de sua periodicidade, anual ou intermediária.

Neste contexto, o Banco Mercantil de Investimentos S.A. apresenta suas Demonstrações Financeiras no padrão contábil internacional em conjunto com o Controlador, razão pela qual os quadros referentes aos dados padronizados das informações consolidadas em IFRS não foram apresentados levando-se em consideração que não são aplicáveis ao Banco.

Assim, o Controlador, divulga suas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS referentes à 31 de março de 2026 simultaneamente às demonstrações financeiras em BRGAAP no site (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI), na Central de Balanços do Banco Central do Brasil e na CVM, conforme permitido pelo disposto no artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/21.

Outras informações poderão ser obtidas no site (www.bancomercantil.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt-br/).

Notas Explicativas

BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Henrique Andrade de Araújo - Presidente
 Marco Antônio Andrade de Araújo – Vice-Presidente
 Paulo Henrique Brant de Araújo – Secretário
 Delson de Miranda Tolentino
 Roberto Godoy Assumpção

DIRETORIA

DIRETOR-PRESIDENTE
 Paulo Henrique Brant de Araújo

DIRETOR VICE-PRESIDENTE
 Hitosi Hassegawa

DIRETORES
 Felipe Lopes Boff
 Luiz Carlos de Araújo

CONTADOR

Anderson Guedes Inocêncio
 CRC-MG nº 077029/0-7

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Banco Mercantil de Investimentos S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco Mercantil de Investimentos S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 05 de maio de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em cumprimento ao disposto no art. 27, incisos V e VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores do Banco Mercantil de Investimentos S.A. - "BMI", declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras do BMI, relativas ao período findo em 31 de março de 2026.

Belo Horizonte/MG, 5 de maio de 2026.

Diretor-Presidente e de Relações com Investidores
Paulo Henrique Brant de Araujo

Diretor Vice-Presidente
Hitosi Hassegawa

Diretores
Felipe Lopes Boff
Luiz Carlos de Araújo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Parecer do Auditor Independente

Em cumprimento ao disposto no art. 27, incisos V e VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores do Banco Mercantil de Investimentos S.A. - "BMI", declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., resultante do procedimento de auditoria realizado nas Demonstrações Financeiras do BMI, relativas ao período findo em 31 de março de 2026.

Belo Horizonte/MG, 5 de maio de 2026.

Diretor-Presidente e de Relações com Investidores
Paulo Henrique Brant de Araujo

Diretor Vice-Presidente
Hitosi Hassegawa

Diretores
Felipe Lopes Boff
Luiz Carlos de Araújo